

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas 3



Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas 3



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
162	<p>Investigação científica nas ciências sociais aplicadas 3 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-897-7 DOI 10.22533/at.ed.977192312</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os pensadores que realizaram as primeiras investidas efetivas no campo dos estudos sociológicos em fins do século retrasado, nomes como Marx e Durkheim, ocuparam-se de pintar com uma paleta científica paisagens até então dominadas pelas cores planas e pouco variadas do senso comum, do pensamento religioso e de uma ampla cadeia de preconceitos. Para estes pensadores, o desafio era desenvolver regras gerais e algo semelhante a uma física para uma matéria prima aparentemente tão amorfa e envolta em tabus quanto o complexo emaranhado de relações estabelecidas no seio das aglomerações humanas.

A afirmação de que, em relação a outros campos de conhecimento, as Ciências Sociais são jovens, já se converteu em uma máxima confortável, demasiado utilizada. Por um lado, é certo que o interesse por observar os fenômenos sociais à luz do método científico se articulou concretamente entre os séculos XIX e XX, mas estes fenômenos já haviam sido estudados, ainda que em menor escala, mediados por outros filtros.

Talvez em razão disso, as Ciências Sociais se debatam, na economia simbólica do cotidiano, com lutas ainda mais ferozes que outros saberes mais estabelecidos. Há quem questione a forma do planeta, o nível de participação humana no aquecimento global ou a efetividade das vacinas, especialmente nos dias em que vivemos, quando a negação da validade do conhecimento de ordem científica cresce a olhos vistos. Entretanto, a rejeição em relação aos conhecimentos que a Física, a Geografia e a Biologia têm a oferecer ainda é pequena em comparação àqueles que emanam das Ciências Sociais e de sua área irmã, as Humanidades.

São realmente muitos os tabus envoltos na vida em sociedade, dado o volume de tópicos fundamentais à vida em sociedade que são considerados por vezes imperscrutáveis. A religião. O gênero. As dinâmicas de classes. As relações econômicas como um todo. O significado de determinados papéis sociais enquanto lugares de prestígio ou de repulsa. Tudo isso concerne às Ciências Sociais. Tudo isso é problemático, subjetivo e indiscutível para quem vê a realidade através das lentes de preconceitos que sequer compreende como surgiram e funcionam. Cabe, deste modo, aos estudos aqui apresentados, a tarefa de cometer esse delito social, discutindo o indiscutível.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DIGITALIZAÇÃO DO TRABALHO PERICIAL CONTÁBIL COMO FATOR DE ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE	
André Silva Neto Almeciano José Maia Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.9771923121	
CAPÍTULO 2	11
BREVE ANÁLISE DA REPERCUSSÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PERFIL SOCIOECONOMICO DE UM MUNICÍPIO DO COREDE FRONTEIRA NOROESTE DO RS	
Sandra Cristina Franchikoski Susana Cesco	
DOI 10.22533/at.ed.9771923122	
CAPÍTULO 3	21
EFICIÊNCIA DE MERCADO: ANÁLISE DO MERCADO FUTURO DO ETANOL HIDRATADO NO ESTADO DA PARAÍBA UTILIZANDO CO-INTEGRAÇÃO	
Jucimar Casimiro de Andrade Fernando Salvino da Silva Marcela Rebecca Pereira Robson José Silva Santana Larissa Petrusk Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9771923123	
CAPÍTULO 4	37
A FILOSOFIA DE HEIDEGGER E O DIREITO: FUNDAMENTOS E ORIGENS DO DIREITO	
Gabriela Leão de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.9771923124	
CAPÍTULO 5	51
A NECESSIDADE DE UMA LEGISLAÇÃO ESPECIAL QUE TIPIFIQUE A CONDUTA HOMOFÓBICA	
Emmanuel Vasconcelos Romão Elissama Silva Braga Welligton Aguiar Ponte Filho Betânia Moreira de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.9771923125	
CAPÍTULO 6	56
CONSIDERAÇÕES DA APLICABILIDADE DA LEI DO FEMINICÍDIO EM FAVOR DAS MULHERES TRANSGÊNERO	
Carolina Fernandes Paris Isabella Vitória Kohiyama de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.9771923126	

CAPÍTULO 7	83
O DIREITO AO ESQUECIMENTO E SUA APLICABILIDADE NA QUESTÃO TRANSEXUAL	
Nathalia Maria Silva da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9771923127	
CAPÍTULO 8	96
ALIENAÇÃO SOCIAL: O PAPEL DO DIREITO ANTE O ESPECTRO BIOPOLÍTICO PÓS-MODERNO	
Murilo Henrique de Brida	
DOI 10.22533/at.ed.9771923128	
CAPÍTULO 9	108
DA NECESSIDADE E DIFICULDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	
Luíza Sampaio Jacob Marina Holler Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.9771923129	
CAPÍTULO 10	121
DEPENDÊNCIA E CODEPENDÊNCIA: UM ESTUDO ACERCA DAS RELAÇÕES FAMILIARES EM USUÁRIOS DE CRACK	
Adriana Silva da Fonseca Bryan Silva Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.97719231210	
CAPÍTULO 11	144
DIREITOS HUMANOS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	
Ellen Soares Fraga	
DOI 10.22533/at.ed.97719231211	
CAPÍTULO 12	157
A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO TOCANTINS E A INCONSTITUCIONALIDADE REGULAMENTADA NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 2014 DO INSTITUTO DE TERRAS DO TOCANTINS- ITERTINS	
Bruno Barreto Cesarino Eduarda Maria Ibiapina da Rocha Coelho César Floriano de Camargo Bruno Vinícius Nascimento Oliveira Leila Rufino Barcelos Danilo Bezerra de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.97719231212	
CAPÍTULO 13	167
HAITIANOS EM SÃO PAULO: PROTEÇÃO PENAL ANTE O RACISMO E A XENOFOBIA	
Roberta Elias Mendonça Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.97719231213	

CAPÍTULO 14	179
FLUXO MIGRATÓRIO VENEZUELANO: IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS PARA O ESTADO DE RORAIMA	
Ingrid Cardoso Caldas Willian Tihago Quirino Sales	
DOI 10.22533/at.ed.97719231214	
CAPÍTULO 15	193
PERSPECTIVA TEÓRICA INSTITUCIONALISTA - MODELO DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
Franciele da Silva Freitas Rita Vanderléia Martel	
DOI 10.22533/at.ed.97719231215	
CAPÍTULO 16	207
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: A REALIDADE DO ESTADO DE RORAIMA	
Marcella Lima Marinho Luciana Lopes Silva Martins Nara Lisiane Abreu de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.97719231216	
CAPÍTULO 17	218
PROVA INDICIÁRIA NO PROCESSO CRIMINAL CONFORME A HERMENÊUTICA DE HEIDEGGER E GADAMER	
Eid Badr Mário Vinícius Rosário Wu	
DOI 10.22533/at.ed.97719231217	
CAPÍTULO 18	233
REGIÃO METROPOLITANA DE CHAPECÓ: DINÂMICAS REGIONAIS E SUAS TERRITORIALIDADES	
Ana Laura Vianna Villela Rosa Salete Alba Claudio Machado Maia Laiz Arruda	
DOI 10.22533/at.ed.97719231218	
CAPÍTULO 19	246
SISTEMA DE RECOMPENSAS PARA O TRABALHADOR DO SÉCULO XXI	
Ernandes Farias da Costa Francisco Damião Damasceno Neto Luise Maria dos Santos Dias John Lennon Oliveira Araújo Rubens Caminha Juaçaba Filho Silvio Roberto Dias da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.97719231219	

CAPÍTULO 20	251
SEGURANÇA HÍDRICA E OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM BOA VISTA/RORAIMA	
Mónica Montana Martínez Ribas	
André Andriw Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.97719231220	
CAPÍTULO 21	264
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA/CE: SÚMULA ACERCA DOS SENTIDOS E EXPERIÊNCIAS DAS USUÁRIAS DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BOM JARDIM E CANINDEZINHO	
Benedita Beatriz Elias Dias	
Jamille Rodrigues Braga	
Lívia Kelly da Silva	
Leila Maria Passos de Souza Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.97719231221	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	270
ÍNDICE REMISSIVO	271

REGIÃO METROPOLITANA DE CHAPECÓ: DINÂMICAS REGIONAIS E SUAS TERRITORIALIDADES

Data de aceite: 18/11/2019

Ana Laura Vianna Villela

Unochapecó, Curso de Arquitetura e Urbanismo
Chapecó/SC

Rosa Salete Alba

Grupo de Pesquisa Cidades: Cultura, Urbanização
e Desenvolvimento e Rede de Pesquisadores
sobre Cidades Médias (ReCiMe)
Chapecó/SC

Claudio Machado Maia

Unochapecó, Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais
Chapecó/SC

Laiz Arruda

Grupo de Pesquisa Cidades: Cultura, Urbanização
e Desenvolvimento
Chapecó/SC

RESUMO: O território pode ser idealizado a partir da concepção de como acontecem às relações entre os atores que atuam e interagem neste espaço. Entende-se que a dinâmica de desenvolvimento regional se dá por meio de várias perspectivas, o que induz a compreensão do território de forma multidisciplinar, e auxilia a compreender o que o envolve no seu todo, bem como a natureza das interações entre estes atores no desenvolvimento de uma localidade/região. A Região Metropolitana de

Chapecó (RMC) é um exemplo deste processo e, portanto, aqui estudada sob esta ótica. Ao confrontar as informações dos principais agentes fomentadores da região oeste de Santa Catarina: Associações de Municípios, Secretaria de Desenvolvimento Regional e a RMC, visualizou-se o descompasso existente quanto o acesso a financiamentos, o atendimento técnico aos municípios e a compreensão de desenvolvimento regional. O estudo dos núcleos urbanos que compreendem a RMC também contemplou a LC nº104/94 a partir de quatro eixos temáticos: Populacional, Econômico, Mercado de Trabalho e Equipamentos de Infraestrutura, visto serem elementos significativos para a compreensão das territorialidades na escala regional. Todos os dados analisados só reforçaram a exclusão do Município de Cordilheira Alta que não compõe nem a RMC e nem à sua expansão. Pesquisa financiada pela Modalidade Artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina e pela Unochapecó.

PALAVRAS-CHAVE: Região Metropolitana; Chapecó; Desenvolvimento regional; Territorialidade.

**METROPOLITAN REGION OF CHAPECÓ:
REGIONAL DYNAMICS AND THEIR
TERRITORIALITIES**

ABSTRACT: The territory can be designed from the conception of what happens to the relationship between the actors that act and interact in this space. We understood that the regional development happens through various perspectives, which induces the understanding of the territory in a multidisciplinary way, and helps to understand what involves it in a whole. In a while helps understand the nature of the interactions between these actors in the development of cities / regions. The Metropolitan Area of Chapecó is an example of this process and because it studied here in this vision. By comparing the information of the main promoters agents of the western region of Santa Catarina: Associations of Municipalities, Regional Development Secretariat and the Metropolitan Area of Chapecó, visualized the mismatch as access to funding, technical assistance to municipalities and understanding of regional development. The study of urban centers that comprise the Metropolitan Area of Chapecó also included the Supplementary Law no 104 of 1994 from four themed shaft: Population, Economic, Labour Market and Infrastructure Equipment, as they are significant elements for the understanding of territoriality at the regional scale. All data analyzed only reinforced the exclusion of the City of Cordilheira Alta that does not compose neither Metropolitan Area of Chapecó nor to its expansion. Research funded by Article 171 of the Santa Catarina State Constitution and Unochapecó

KEYWORDS: Metropolitan Region; Chapecó; Regional Development; Territoriality.

1 | INTRODUÇÃO

A dinâmica de desenvolvimento regional acontece através de várias perspectivas. Conforme aponta BECKER (2002), observa-se uma renovada importância do local e uma tendência para estimular culturas regionais. Fica-se surpreso quando alguns autores afirmam que é em função de seu histórico de valores culturais acumulados regionalmente, ou do “capital social” existente, que algumas regiões conseguem responder positiva e ativamente aos desafios regionais da globalização contemporânea construindo seus próprios modelos de desenvolvimento. Para tanto, conseguem desenvolver suas potencialidades e aproveitar as oportunidades decorrentes da dinâmica global de desenvolvimento, combinando eficientemente o desenvolvimento de suas potencialidades com as oportunidades globais, constituindo uma dinâmica própria regional.

Portanto, hipoteticamente, “as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional dependem de uma crescente organização social das comunidades regionais. E uma crescente organização social equivale diretamente a um melhor envolvimento político nas decisões e definições dos rumos do desenvolvimento regional. Da mesma forma, uma melhor participação política leva, conseqüentemente, a um maior desenvolvimento econômico das comunidades regionais” (BECKER, 2002, p.40).

Por outro lado, para Boisier (1996) o desenvolvimento de uma região em

longo prazo depende de fatores determinantes, tais como, os critérios econômicos e políticos que permitem, ou não, a participação de recursos nacionais na região, a capacidade de organização social e econômica, capaz de impulsionar potencialidades de crescimento, adotando para si um caráter independente e fortalecendo sua identidade, sem desconsiderar o impacto que as políticas econômicas nacionais têm sobre a região. A partir disso o território deve ser entendido de forma multidisciplinar, a fim de compreender o que o envolve em seu todo, seja através das ciências políticas e sociais, da economia, da história e da geografia.

A região de Chapecó é um exemplo deste processo, seu desenvolvimento iniciou por meio de empresa colonizadora, que pautou sua consolidação em ciclos econômicos como o da extração da madeira. As agroindústrias marcam a década de 1950 acelerando significativamente o desenvolvimento econômico local, que a longo prazo possibilitaram que a economia atingisse ramos mais dinâmicos, mas sempre muito pautados nesta atividade.

Assim o oeste catarinense se destaca pela forte presença agroindustrial, articuladora das relações econômicas entre campo e cidade. A configuração desta rede se deve principalmente pela reestruturação produtiva da agropecuária, bem como investimentos públicos para seu crescimento e inserção no mercado globalizado, que parte da cidade de Chapecó, como pólo dinamizador da economia regional, se ramificando através dos outros municípios.

As características físicas, socioculturais e econômicas, contribuem para a formação de um agrupamento urbano regionalizado. Discutir a territorialidade que se estabelece na Região Metropolitana de Chapecó e suas incongruências é o principal objetivo deste artigo já apresentado e publicado nos anais do II Encontro Nacional de Tecnologia Urbana / V Simpósio de Pós-Graduação em Engenharia Urbana / II Simpósio de Infraestrutura e Meio Ambiente em Passo Fundo em 2015.

2 | REGIÃO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

A abordagem do termo pode ser entendida de diversas maneiras. De forma generalista, região pode ser conceituada como a área que em sua proximidade geográfica se identifique determinada característica própria, que pode ser gerada por uma atividade econômica, geográfica ou até mesmo a necessidade de classificar uma área para delimitar um objeto de estudo. Desta forma, identifica-se que o termo região pode ser impreciso, já que a regionalização de uma área varia conforme os critérios adotados.

Para tanto se assume o conceito de território, defendido por Souza (2000), como sendo o espaço entendido e estabelecido a partir das relações e do exercício de poder, sendo este a capacidade humana de agir em conjunto e em comum acordo

e por isso necessitando de legitimidade. Assim “o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder” (SOUZA, 2000, p.79) e a partir disso construído e/ou desconstruído, o que lhe confere as mais diferentes escalas de existência, tal como: temporal quando permanente, por anos, por meses ou por dias de forma periódica, cíclica,...; e dimensional podendo envolver pequenos espaços, como ruas, até continentes, por exemplo.

Ao compreender o território como o espaço de representação e aproximação de grupos sociais Souza (2000) define a territorialidade; e ao entender que este mesmo território pode ser ocupado por grupos sociais diferentes dependendo da temporalidade, como ao longo de um dia, por exemplo, define esta apropriação como territorialização.

No oeste catarinense verifica-se que o processo de estruturação dos territórios dos municípios estudados aconteceu principalmente devido a ação dos agentes econômicos, principalmente da agroindústria, sobre os diferentes atores na região. Tais ações geraram uma territorialidade própria ao configurar entre estes municípios um forte fator geográfico e de poder, que acabou por estruturar o desenvolvimento regional. Esta territorialidade, estruturada a partir dos meios de produção, exigiu um planejamento integrado entre estes municípios, que passaram a ter sua economia, mobilidade e prestação de serviços complementares adicionados a uma dinâmica econômica polarizada e dinamizada. Dentro deste contexto surgiram em 1960 as Associações de Municípios e mais recentemente as Secretarias do Desenvolvimento Regional.

Segundo o artigo 53 do Código Civil Brasileiro, associações são entendidas como organizações sem fins lucrativos, criadas a partir da reunião legal de pessoas com objetivos em comum. Paralelamente, a noção de território é percebida como uma área das ciências sociais, políticas e econômicas e não mais apenas como uma noção geográfica de espaço. O estudo do território, desta forma, direciona a compreensão de influências políticas e econômicas através da criação e manutenção de laços sociais.

Desta forma, o surgimento das Associações de Municípios em Santa Catarina na década de 1960 teve um papel fundamental para o desenvolvimento regional, visto que foram criadas para defender os interesses institucionais dos municípios, bem como permitir a cooperação entre municípios vizinhos. Até hoje múltiplas ações são realizadas através das 21 associações municipais, seja através da reivindicação de obras e programas de amplitude regional ou para defender os interesses comuns da região em que atuam, bem como através de ações estratégicas.

A territorialidade, portanto, é encaminhada por uma complexidade de fatores que tal território abriga: relações sociais, geográficas e mercadológicas, mas principalmente pela política adotada a fim de equilibrar os interesses e com isso

dinamizar desenvolvimento regional.

A partir da Lei Complementar nº. 243 de 30 de janeiro de 2003, a administração central do Governo de Santa Catarina, o Governador do Estado, implanta um processo de descentralização e regionalização da estrutura administrativa ao estabelecer a criação de 29 Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional, sendo que, posteriormente, criou-se mais 7 Secretarias, totalizando o número de 36 SDRs.

As Secretarias do Desenvolvimento Regional (SDR) surgiram com o objetivo de atenuar a distância entre o governo e os municípios catarinenses, dando orçamento e certa autonomia de investimentos para cada SDR. A descentralização dos investimentos, portanto, é uma ação política.

Ao analisar a questão da territorialidade, sob o aspecto da contribuição para o desenvolvimento regional, as SDR não demonstram grande influência sobre os fatores físicos de princípios econômicos como, recursos naturais, capital humano, investimentos, infraestrutura e estrutura econômica, quanto sobre os agentes intangíveis de princípios sociais como, desempenho do governo e das instituições, redes, comunidade e atenção a qualidade de vida.

2.1 Região Metropolitana

A Lei Complementar nº 104, de 04 de janeiro de 1994 dispõe sobre os princípios da Regionalização do Estado de Santa Catarina a fim de desenvolver ação administrativa regionalizada, definir as funções públicas de interesse regional e assegurar sua gestão.

A Região Metropolitana de Chapecó (RMC) foi instituída pela Lei Complementar Nº 377, de 17 de abril de 2007, sendo uma das dez regiões criadas pelo estado de Santa Catarina e a 41^o em população das 63 Regiões Metropolitanas Brasileiras. Estrutura-se a partir de um núcleo composto por 16 municípios e uma área de expansão, previamente definida, composta por nove municípios.

Teoricamente expansão pode ser definida como a ação de estender-se, difundir ou espalhar. Contrariando este entendimento a Lei da Região Metropolitana de Chapecó dispõe que ela será composta por um Núcleo Metropolitano e uma Área de Expansão Metropolitana, tendo como sede o Município de Chapecó, adotando como critério para os municípios da área de expansão os que: I. apresentem dependência de utilização de equipamentos públicos e serviços especializados do Núcleo Metropolitano, com implicação no desenvolvimento da região; e II. apresentem perspectiva de desenvolvimento integrado, através da complementaridade de funções.

Interessante observar que esta lei desde a sua origem, antevendo sua importância na dinâmica econômica regional, pontua uma área de expansão. A lei delimita, portanto, uma suposição de como pode caminhar a economia e o

desenvolvimento regional ao delimitar previamente quais municípios farão parte da expansão e ignora o possível crescimento de outras cidades limítrofes, tal como Cordilheira Alta que se apresenta como exceção isolada neste contexto metropolitano (Figura 01).

Assim a Figura 01 mostra o confrontamento das informações expostas até aqui: Associações de Municípios, SDRs e Região Metropolitana de Chapecó, onde se pode visualizar o descompasso entre estas organizações no que tange o atendimento aos municípios e conseqüentemente fragilizando o desenvolvimento regional, bem como a incógnita da lacuna deixada pelo Município de Cordilheira Alta, ao não ser incorporado à Região Metropolitana de Chapecó e nem à sua expansão.

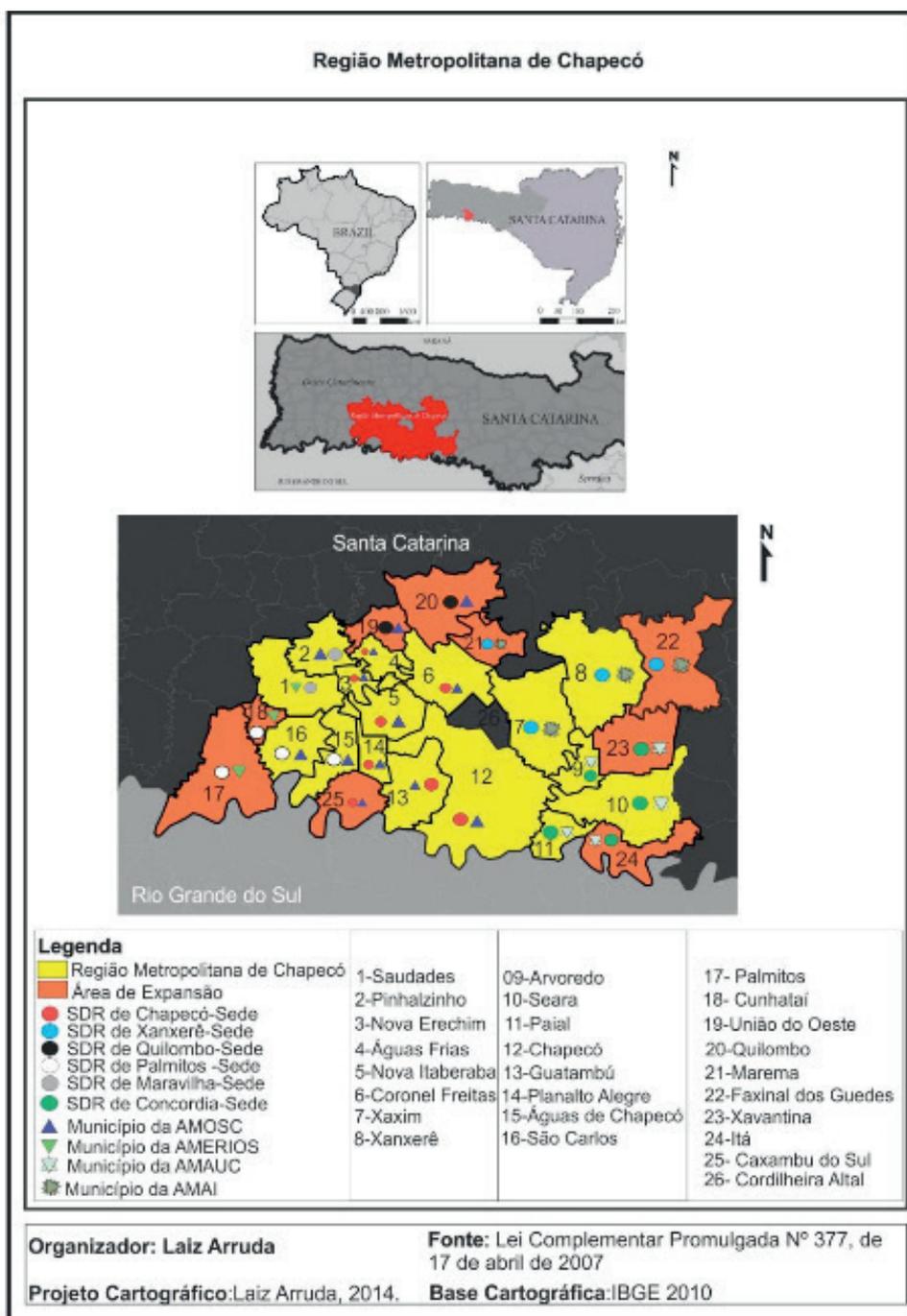


Figura 1 - Compreensão da Região Metropolitana de Chapecó conjuntamente com as Associações de Municípios e SDRs

Pode-se observar que estão envolvidas quatro associações e cinco secretarias. A questão é a forma com que se articulam para fortalecer o núcleo da região metropolitana: dos 10 municípios vinculados a Amosc 07 pertencem a SDR Chapecó, 02 a SDR Palmitos e 01 a SDR Maravilha; os 03 municípios vinculados a Amauc pertencem a SDR Concórdia; os 02 municípios vinculados a Amai pertencem a SDR Xanxerê e o único município vinculado a Amerios pertence a SDR de Maravilha.

Se analisada a região de expansão da Região Metropolitana, esta desarticulação está ainda mais presente, o que coloca em xeque a efetividade dessa estrutura ao não constituir uma força conjunta, o que já foi apontado no relatório do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais ao gerar “dificuldades nos debates e duplicidades de esforços e encaminhamentos” (Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, 2010, p. 35).

3 | COMPREENDENDO AS TERRITORIALIDADES REGIONAIS

O estudo articulado dos núcleos urbanos dos municípios que compreendem a Região Metropolitana de Chapecó foram interpretados à luz das exigências da Lei Complementar nº 104/94 e a partir de quatro eixos temáticos, visto serem elementos significativos para a compreensão das territorialidades na escala regional:

3.1 Eixo populacional

A população concentrada na Região Metropolitana de Chapecó se configura a partir de um forte adensamento populacional que ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980, e que atualmente abarca cerca de 340 mil habitantes. A concentração populacional mais expressiva é a do município de Chapecó com aproximadamente 54% deste total, seguidos por Xanxerê ($\approx 12,71\%$) e Xaxim ($\approx 7,50\%$).

Quanto aos dados da densidade demográfica destes municípios, observa-se o município de Chapecó como exceção com densidade de 292,80 hab./Km², seguido de Pinhalzinho (126,8 hab./Km²) e Xanxerê (103,30 hab./Km²) com valores muito inferiores.

Analisando o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), destaca-se Chapecó (0,79), Pinhalzinho (0,783), Seara (0,779) e Xanxerê (0,775). Importante observar que todos os municípios da Região Metropolitana possuem um positivo e significativo valor de IDHM, entre 0,71 e 0,79, estando entre os 246 municípios de SC (83,5%) nesta faixa.

Interessante observar que Chapecó e Xanxerê se destacam tanto por altos valores populacionais, quanto de densidade demográfica e de IDHM.

Também é possível compreender que as cidades mais populosas são as que

também possuem, proporcionalmente, uma menor taxa de população rural (abaixo de 20%). Este dado induz a compreensão de que os pólos urbanos mais consolidados são atratores populacionais e responsáveis por parte da migração campo-cidade na região.

Ao analisar os dados do município de Cordilheira Alta com população de 3.767 habitantes, destaca-se que este apresenta: população mais alta do que os municípios de Paial (1.763 hab.), Arvoredo (2.253 hab.), Águas Frias (2.424 hab.) e Planalto Alegre (2.646 hab.) pertencentes a RMC; Uma densidade demográfica de 44,77 hab./km², sendo mais significativa que dez dos municípios da RMC; IDMH de 0,75 maior que sete dos municípios da RMC e uma porcentagem de população rural de 2.319, tão elevada quanto Paial, Arvoredo, Nova Itaberaba e Guatambú. Ou seja, estes dados não mostram nenhuma discrepância em relação aos encontrados nos municípios da RMC.

3.2 Eixo econômico

Entende-se que os aspectos que disseminam o desenvolvimento de uma região devem levar em consideração a dinâmica econômica dos municípios que a compõem.

A análise da distribuição do emprego formal, na faixa de 18 anos ou mais, nos principais setores da economia, demonstra que hoje, Chapecó, possui o maior PIB da RMC, estando sua força produtiva concentrada em serviços (40,81%), indústria de transformação (18,01%) e comércio (17,38%), não sendo expressivo o setor agropecuário (5,64%). Xanxerê, segundo maior PIB da região, mas significativamente menor que o de Chapecó, também tem sua força produtiva concentrada nas atividades de serviços (37,19%), comércio (16,16%) e indústria de transformação (15,50%), mas apresenta um valor um pouco mais significativo na agropecuária (13,53%).

Em Xaxim, terceiro maior PIB da região, destaca-se em serviços (32,38%), indústria de transformação (21,85%) e agropecuária (23,53%). Já Pinhalzinho, quarto maior PIB da região, tem sua concentração da força produtiva em serviços (29,91%), na indústria de transformação (27,19%) e na agropecuária (19,40%). Interessante destacar que: estes quatro municípios também são os municípios mais populosos; que a atividade da agroindústria se enquadra como indústria de transformação, apresentando-se significativa em todos os municípios com PIB mais elevado; e que os demais municípios apresentam PIB abaixo de R\$ 500.000,00 e uma força produtiva mais significativos no setor agropecuário.

Contudo se pode compreender que os municípios com maior dinâmica populacional e econômica tendem a concentrar sua força produtiva nos setores de serviços, indústria de transformação e comércio, a fim de suprir o mercado local e global, o que se por um lado trás visibilidade nacional e internacional para a região,

por outro deixa estes núcleos mais dependentes da produção primária dos pequenos municípios, gerando uma sinergia de dependência, o que não necessariamente quer dizer equilíbrio de igualdades.

Ao analisar os dados de Cordilheira Alta destaca-se que este apresenta: PIB de 118.244, mais alto do que sete municípios da RMC e concentração da sua força produtiva no setor agropecuário como onze municípios da RMC. Ou seja, estes dados não mostram nenhuma discrepância em relação aos encontrados nos municípios da RMC.

3.3 Eixo Mercado de trabalho

Com a análise das Taxas de Atividade (18 anos ou mais e 18-24 anos) pode-se compreender que as cidades da RMC apresentam valores maiores que a média nacional, ou seja, a porcentagem das pessoas economicamente ativas, em relação às pessoas de 10 ou mais anos de idade, está muito acima da média nacional. Interessante observar que ao analisar a Taxa de Atividade - 18 anos ou mais em relação à Taxa de Atividade - 18 a 24 anos vê-se que esta última aumenta em praticamente todos os municípios, o que aponta para um ápice de produtividade econômica nesta faixa etária. Exceção é Paial onde a taxa diminui.

Ao analisar as Taxas de Desocupação (18 anos ou mais e 18-24 anos) compreende-se que estas são muito menores que média nacional, ou seja, a região se caracteriza por baixas porcentagens de pessoas desocupadas, em relação às pessoas economicamente ativas.

Interessante observar que ao comparar a Taxa de Desocupação - 18 anos ou mais em relação à Taxa de Desocupação - 18 a 24 anos vê-se que esta última aumenta significativamente em praticamente todos os municípios, o que demonstra que se por um lado esta faixa possui altos índices de produtividade econômica por outro é onde está o maior número de desocupados. Exceção novamente é Paial onde a taxa cai para zero entre os 18 e 24 anos.

Dos 16 municípios analisados, 11 possuem taxas inferiores a média nacional quando observada a % de Empregados com carteira – 18 anos ou mais. Exceção positiva são os municípios de Chapecó, Xanxerê, Xaxim, Seara e Pinhalzinho.

Ao analisar a % de Empregados sem carteira – 18 anos ou mais se tem somente Nova Erechim com porcentagem maior que a média nacional.

Quanto à % de Empregadores - 18 anos ou mais, vê-se que oito municípios se encontram abaixo da média nacional. Por outro lado, tem-se Pinhalzinho e Nova Erechim com destaque positivo e muito significativo, seguidos por Xanxerê e Chapecó um pouco menos expressivos. Comparando estes dados entende-se que a informalidade e o empreendedorismo são muito fortes no mercado de trabalho da região.

Quanto ao Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais, somente cinco municípios da região metropolitana apresentam percentagens abaixo da média nacional. Destaca-se positivamente Saudades (89,11%), seguida por Chapecó, Pinhalzinho, Águas Frias, Xaxim, Xanxerê e Seara, todos com mais de 70%.

Ao analisar os dados de Cordilheira Alta destaca-se que este apresenta: Taxa de Atividade de 78,62, superior a média nacional e mais expressiva que pelo menos seis municípios da RMC; uma Taxa de desocupação de 3,4, significativamente menor que a média nacional, mas comparável a de Chapecó (a mais expressiva da RMC); uma porcentagem de 47% empregados com carteira maior que média nacional e que de onze dos municípios da RMC; uma porcentagem de 7,7 de empregados sem carteira menor que média nacional e que de quatorze dos municípios da RMC; uma porcentagem de 2,65 de empregadores maior que média nacional e que de nove dos municípios da RMC; e o segundo maior grau de formalização, 80,47 dos ocupados entre os municípios analisados. Ou seja, novamente os dados não mostram nenhuma discrepância em relação aos encontrados nos municípios da RMC.

3.4 Eixo Equipamentos de infraestrutura

Nos municípios estudados, bem como na região oeste de Santa Catarina como um todo, os equipamentos de infraestrutura foram sendo implantados à medida que os municípios iam se desenvolvendo, o que proporcionou efetivas melhorias e impulsionou o desenvolvimento regional. A partir de 2003 tais incrementos tiveram um forte reforço com a implantação das SDRs e o acesso mais facilitado aos recursos para investimentos. Nesse contexto torna-se importante a análise das condições de moradia. Para tanto se relembra que durante as décadas 1970 e 1980 a cidade de Chapecó e os municípios vizinhos demonstraram percentuais significativos de aumento populacional. A dificuldade de suprir as necessidades dos núcleos em desenvolvimento e consolidação impacta até hoje na situação de moradia dos municípios da RMC.

De acordo com a análise do percentual da população em domicílios com água encanada, tem-se que onze dos 16 municípios da área de estudo possuem índices inferiores ao nacional (92,72%) e 12 ao estadual (94,13%). Destacam-se positivamente em Santa Catarina os municípios de Nova Erechim com 98,2%, Pinhalzinho, Paial e Xaxim.

O percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada todas as cidades da RMC superam os índices nacional de 87,16%. Mas quando comparados a percentagem de 97% de Santa Catarina tem-se outra leitura: dos 16 municípios em análise somente cinco apresentam valor superior, destacando-se Nova Erechim, Pinhalzinho, Seara, Xanxerê, Chapecó e São Carlos.

Dos dados sobre percentual da população em domicílios com coleta de lixo

somente 03 dos 16 municípios estudados não possuem valores acima da média nacional (97,02%). Quando analisado a partir da média estadual de 99,31% tem-se que 11 dos 16 municípios apresentam valores inferiores a este.

Ao observar os dados sobre percentual da população em domicílios com energia elétrica vê-se que todos os municípios possuem valores maiores que a média nacional de 98,58%. Ao analisar os dados comparativamente a média estadual de 99,81% tem-se apenas cinco municípios com valor superior destacando-se Saudades com 100% seguida por Nova Erechim, Arvoredo, Pinhalzinho e Seara.

De forma geral os municípios que compõem a RMC apresentam-se com infraestrutura acima da média nacional, mas nem sempre acima da média do estado. Nesse contexto destacam-se positivamente os municípios de Nova Erechim, Pinhalzinho e Seara.

Ao analisar os dados de Cordilheira Alta destaca-se que este apresenta: percentual da população em domicílios com água encanada de 59,21% bem abaixo da média nacional (92,72%) e estadual (94,13%), se diferenciando de todos os municípios da RMC, o que pode ser compreendido pela opção de abastecimento por poço artesiano; percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada, 99,01%, acima da média nacional e estadual se comparando aos municípios de Nova Erechim, Pinhalzinho, Seara, Xanxerê, Chapecó e São Carlos; percentual da população em domicílios com coleta de lixo 85,8%, abaixo da média nacional (97,02%) e estadual (99,31%), se diferenciando de todos os municípios da RMC; percentual da população em domicílios com energia elétrica 100%, acima da média nacional e estadual se comparando aos municípios de Saudades, Nova Erechim, Arvoredo, Pinhalzinho e Seara. Ou seja, pela primeira vez nesta análise se encontrou discrepância negativa dos índices de Cordilheira Alta quando comparados aos dos municípios que compõe a RMC. De qualquer forma se entende que % de domicílios com água encanada e % coleta de lixo não são itens significativos para justificar a exclusão do município de Cordilheira Alta da RMC (Figura 01), o que nos leva a tecer outras reflexões.

4 | CONCLUSÃO

O território pode ser idealizado a partir da concepção de como acontecem às relações entre os atores que atuam e interagem neste espaço. A natureza das interações entre estes atores é dotada de habilidades para manter estas relações trabalhando com o objetivo de desenvolver uma localidade/região. Souza (2000) explicita que o território possui em sua essência o instrumento de exercício de poder e ao compreendê-lo como o espaço de representação e aproximação de grupos define territorialidade: conceito aqui explorado pelas suas congruências e incongruências

dos dados de cada município. A partir disso se entende que região é a área que em sua proximidade geográfica identifica determinadas características próprias de seus agentes, ou seja, suas territorialidades.

Ao confrontar as informações dos principais agentes fomentadores da região oeste de Santa Catarina: Associações de Municípios, SDRs e Região Metropolitana de Chapecó, visualizaram-se descompassos territoriais entre estas instituições fragilizando o desenvolvimento regional (rever discussão Figura 01) É necessário, portanto, que haja um trabalho coordenado e cooperativo a fim de evitar conflitos nas decisões sob um mesmo assunto/objetivo, para então fortalecer efetivamente as ações realizadas nos municípios. Para tanto se entende que as dinâmicas regionais compreendidas a partir das territorialidades existentes podem apontar estruturas a serem exploradas em prol do desenvolvimento da região. Dentro desse amplo campo de reflexão tem-se a lacuna territorial deixada pelo Município de Cordilheira Alta, ao não ser incorporado à RMC e nem à sua área de expansão.

De modo geral esta desarticulação no território coloca em xeque a efetividade de gestão dessa estrutura ao não constituir uma força conjunta. Neste sentido se destaca o termo Cooperação, que procura estabelecer a interação social com o objetivo de interferir na compreensão do que se entende por ação social, visando novas iniciativas de desenvolvimento e capacidade de construir coalizões políticas que vão refletir a força de cada grupo social, inclusive de desenvolvimento do território. A cooperação, portanto, é regida por padrões comportamentais, coletivos ou individuais, capaz de definir seus próprios conceitos, olhares e perspectivas de mundo (e de região metropolitana) e sua visão das problemáticas.

A política aqui apontada destaca o que se entende como uma pista do contexto que exclui o município de Cordilheira Alta da Região Metropolitana de Chapecó e a enfraquece enquanto força regional. No entanto as mudanças políticas administrativa ocorridas a partir de janeiro de 2019 delineiam novas possibilidades de análise, visto que as SDRs, renomeadas para Agências de Desenvolvimento Regional, foram extintas e a RMC recebe nova configuração.

REFERÊNCIAS

ALBA, Rosa S. **Espaço Urbano**: os agentes da produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002.

BECKER, Dizimar Fermiano. A economia política do (des)envolvimento regional. **Redes**. v. 7, n.3. p.35-59, set./dez. 2002.

BOISIER, Sérgio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Revista Planejamento e Políticas Públicas** Nº 13 - Jun. de 1996.

BREITBACH, Á. C. M. . **Estudo sobre o conceito de região**. 1ª. ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1988. v. 1.

IBGE. **Dados Santa Catarina**. Ano de referência: 2010. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/download/mapa_e_municipios.php?lang=&uf=sc. Acesso em 27.05.2015.

MAIA, Claudio Machado; FILIPPI, Eduardo Ernesto; RIEDL, Mário. O conceito de território nas pesquisas sobre desenvolvimento rural e regional. In: GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; WAQUIL, Paulo Dabdab (org.). **Desenvolvimento sustentável no norte e no sul do Brasil**. Belém: 2012. p.17-29.

MAIA, Claudio Machado; LUDWIG, Dione Paula. Novas Territorialidades Regionais no Oeste Catarinense: reestruturação produtiva e urbana das cidades de maior influência da região. In: Anais do 1º Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. Curitiba: 2013.

MAIA, Claudio Machado; ROLIM, Aparício. Metropolização: novas territorialidades, novas dinâmicas espaciais e novas condições de urbanização em cidades de maior influência no Oeste Catarinense. In: COLÓQUIO - **Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat - v. 10, n. 2, jul./dez. 2013. p.05-19.

PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio066.pdf. Acesso em: 05 de agosto de 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 20 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.77-116.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Maristela Carneiro - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Açúcar cristal 22, 24, 29

Atualidade 37, 60, 106, 127, 144, 246, 258, 259

Ausência 12, 41, 76, 79, 80, 90, 93, 108, 117, 128, 134, 140, 201, 221, 253, 268

B

Benefícios 2, 6, 93, 153, 200, 203, 246, 247, 248, 249, 250, 264, 266, 267, 268, 269

Boa vista 17, 179, 185, 186, 191, 207, 213, 217, 251, 252, 258, 259, 260, 262

C

Capitalismo 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 207, 208

Chapecó 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Codependência 121, 122, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143

Coisificação humana 96

Corede 11, 12, 13, 16, 17, 19

Crack 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 138, 139, 140, 141, 142, 143

D

Dasein 37, 38, 40, 43, 44, 45, 48, 49

Dependência 40, 98, 121, 122, 124, 125, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 163, 183, 200, 237, 241

Desenvolvimento regional 12, 217, 233, 234, 236, 237, 238, 242, 244, 245

Digitalização 1, 2, 6, 7, 8, 9

Direito 6, 7, 8, 9, 10, 12, 37, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 62, 63, 66, 67, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 120, 144, 149, 152, 154, 155, 156, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 172, 178, 193, 210, 211, 212, 214, 216, 218, 219, 220, 224, 230, 231, 261, 266, 267, 269

Direito penal 51, 57, 81, 96, 102, 103, 106, 110, 112, 114, 115, 120, 231

Direitos humanos 54, 64, 67, 69, 75, 95, 97, 116, 118, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 170

Discriminação 51, 52, 53, 55, 57, 63, 69, 74, 80, 81, 82, 91, 92, 118, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178

E

Eficiência de mercado 21, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34

F

Família 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 70, 73, 77, 88, 121, 122, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 159, 195, 215, 248, 250, 266, 267, 268, 269

G

Gadamer 218, 219, 224, 225, 227, 228, 230, 231

Gênero 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 94, 95, 101, 126, 151, 169, 187

H

Haitinos 167

Heidegger 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 96, 218, 219, 224, 225, 228, 230, 231

Hermenêutica 42, 46, 81, 218, 219, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232

Homofobia 51, 52, 53, 54, 55, 80

Humanismo 144

Humanização 112, 207, 209, 212, 213, 214, 215, 216

I

Impactos econômicos 179, 185

Impactos sociais 179

Individualização da pena 108, 110, 112, 113, 117, 118, 119, 120

Institucionalismo 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

Instituições 6, 62, 79, 101, 146, 154, 179, 186, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 237, 244, 253, 255, 257

L

Legitimação jurídica 96

Lei 7.716/89 167, 169, 170, 172, 173, 174, 177

M

Mercado futuro 21, 22, 24, 25, 28, 34, 35

Migração 168, 176, 179, 180, 181, 191, 240, 258

Mitsein 37, 45, 49

Motivação 67, 140, 220, 221, 229, 230, 231, 246, 247, 250

N

Neo-institucionalismo 193, 194, 195, 199, 200, 202, 203

P

Perícia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10

Personalidade 57, 73, 74, 78, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 111, 135, 136, 159

Pobreza 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 180, 181, 209, 216, 253, 267, 268, 269

Poder econômico 144, 151, 155

Políticas públicas 12, 20, 51, 53, 57, 122, 127, 140, 141, 193, 194, 195, 196, 199, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 217, 244, 251, 252, 256, 257, 258, 260, 263, 264

Políticas públicas de saúde 207, 209, 212, 217

Prisão feminina

Processo penal 115, 118, 172, 218, 220, 222, 224, 226

Programa bolsa família 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 266, 267

Proteção 2, 20, 28, 52, 55, 72, 74, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 98, 115, 123, 128, 134, 138, 139, 144, 146, 152, 167, 176, 177, 178, 179, 188, 209, 210, 211, 216, 218, 219, 231, 252, 253, 255, 262, 264, 265, 269

Prova indiciária 218, 219, 221, 222, 223, 224, 229, 230, 231, 232

R

Racismo 52, 53, 54, 55, 167, 169, 170, 172, 176, 177, 178

Recompensas 246, 247

Região metropolitana 233, 235, 237, 238, 239, 242, 244

S

Segurança hídrica 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 261

Sistema penitenciário 108, 118, 196

Sociedade incivilizada 96

Sus 61, 62, 63, 75, 76, 77, 78, 91, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217

Sustentabilidade 1

T

Territorialidade 233, 235, 236, 237, 243

Tráfico de drogas 221

Transexualidade 56, 57, 58, 61, 75, 76, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 92

V

Venezuela 66, 179, 180, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 191, 192

Violência 51, 52, 53, 54, 55, 57, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 77, 81, 104, 126, 127, 133, 136, 139, 142, 268

X

Xenofobia 167, 169, 174, 176, 177, 178, 182

